MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2012
Prova B2

Parte I – Prova Objetiva

1. A prisão de uma mulher na mesma cela de homens:
a) não viola a Constituição nem norma infra-constitucional
b) embora não viole preceito expresso da Constituição viola o espírito da Constituição;
c) viola garantia expressa do artigo 5º da Constituição
d) viola norma infra-constitucional apenas.

2. **Segundo a constituição a seguridade social:**
a) é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos particulares para garantir os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
b) é um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos Poderes Públicos destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
c) é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
d) é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à educação e à assistência social.

3. **A previsão constitucional que determina a reserva de percentual dos cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiência tem como objetivo, precipuamente, promover o direito à:**
a) vida;
b) liberdade individual
c) igualdade material
d) saúde.

4. **Segundo a Constituição não são bens da União:**
a) os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
b) o mar territorial
c) os recursos minerais, inclusive os do subsolo
d) a fauna.

5. **Segundo previsão expressa da Constituição Federal, a pena de morte:**
a) não é admitida em nenhuma hipótese
b) é admitida nos crimes hediondos
c) poderá ser substituída pela pena de banimento, no caso de crimes contra a segurança nacional;
d) é admitida no caso de guerra declarada.

6. **Nos termos da Constituição Federal no controle de constitucionalidade ,**
a) a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal nas decisões definitivas de mérito que possui eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos judiciários e à administração pública, é a adotada nos recursos extraordinários.
b) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar, em tese, a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto normativo.
c) a decisão exarada pelo Supremo Tribunal Federal nas decisões definitivas de mérito possui eficácia contra todos e efeito vinculante em todos os processos de sua competência.
d) o Procurador-Geral da República poderá ser ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

7. **Compete à União instituir impostos sobre:**
a) importação;
b) transmissão causa mortis;
c) propriedade predial e territorial urbana;
d) sobre a renda dos Estados e municípios.

8. **Em relação à legitimidade ativa e passiva do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado conforme a Constituição:**
a) são legitimados ativos as atuais e as futuras gerações e o Poder Público e a coletividade têm o dever de defendê-lo
b) são legitimados ativos apenas as atuais gerações e o Poder Público e a coletividade têm o dever de defendê-lo
c) são legitimados ativos as atuais e as futuras gerações e somente o Poder Público tem o dever de defendê-lo
d) são legitimados ativos as atuais e as futuras gerações e somente a coletividade têm o dever de defendê-lo

9. **A República Federativa do Brasil, conforme expressamente prevê o artigo 4º da Constituição Federal, rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, dentre outros, à exceção de :**
a) igualdade entre os Estados;
b) defesa da paz;
c) dignidade da pessoa humana ;
d) concessão de asilo político.

10. **No tocante aos índios, a Constituição da República de 1988 não prescreveu:**
a) que o Ministério Público deve intervir nos processos judiciais, apenas quando solicitado pelas comunidades e organizações indígenas.

b) que são reconhecidos sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.
c) que as terras que tradicionalmente ocupam são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
d) que o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional.

11. **Confrontando-se o arrependimento eficaz com a desistência voluntária, é correto dizer que:**
a) Arrependimento eficaz isenta o agente dos atos típicos anteriormente praticados; a desistência voluntária não produz essa isenção.
b) Enquanto o arrependimento eficaz gera a isenção da pena, a desistência voluntária traduz a exclusão da tipicidade.
c) No arrependimento eficaz o agente, após ter esgotado os meios de que dispunha para a prática do crime, arrepende-se e, de forma voluntária, evita que o resultado ocorra. Já na desistência voluntária o agente inicia a execução, mas não a leva adiante, desistindo da realização típica.
d) Nenhuma das alternativas acima está correta.

12. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) A doutrina majoritária aponta os seguintes princípios para solucionar o conflito aparente de normas: princípio da especialidade, princípio da subsidiariedade e princípio da consunção.
b) O crime é considerado tentado quando, iniciada a sua execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
c) Considera-se lei ultrativa aquela já revogada, porém ainda aplicável aos fatos ocorridos sob sua vigência, quando for considerada mais benéfica.
d) No que se refere ao tempo do crime, a legislação brasileira adota a teoria da atividade apenas para o crime omissivo.

13. **Em matéria de princípios constitucionais de Direito Penal, é correto afirmar que:**
a) a lei penal não retroagirá mesmo que seja para beneficiar o réu.
b) a prática de racismo não é considerada crime, salvo se a vítima for detentor de função pública.
c) os presos têm assegurado o respeito à sua integridade física, mas não à integridade moral.
d) a Constituição não autoriza a criação de penas de trabalhos forçados.

14. **Se diante de um determinado fato delitivo, verificar-se que há dolo na conduta inicial e culpa no resultado final, pode-se dizer que se configurou um crime:**
a) preterdoloso.
b) doloso puro.
c) doloso misto.
d) culposo misto.

15. **Conforme o Direito Penal, assinale a alternativa correta:**
a) Extraterritorialidade é a aplicação das leis brasileiras aos crimes cometidos no território nacional.
b) São normas penais em branco aquelas cujo preceito primário é determinado quanto a seu conteúdo, mas o conceito sancionador é indeterminado.
c) O alcance da teoria da atividade serve para, dentre outros efeitos: determinar a imputabilidade do agente; fixar as circunstâncias do tipo penal; possibilitar eventual aplicação da anistia; dar oportunidade à prescrição.
d) Extradição é a saída compulsória do território nacional quando o estrangeiro aqui se encontra de maneira irregular. Deportação é um instrumento de cooperação internacional na repressão à criminalidade por meio do qual um Estado entrega a outra pessoa acusada ou condenada, para que seja julgada ou submetida à execução da pena. Expulsão é a saída compulsória do território nacional do estrangeiro que seja considerado inconveniente ou nocivo aos interesses nacionais.

16. **Considera-se em legítima defesa quem:**
a) pratica o fato sob coação irresistível.
b) pratica o fato para salvar-se de perigo que ele próprio provocou.
c) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio cujo sacrifício não era razoável exigir-se.
d) pratica o fato utilizando moderadamente dos meios necessários para repelir uma agressão injusta a direito próprio ou de outrem, desde que a agressão seja atual ou iminente.

17. **Reconhece-se o concurso material de crimes quando:**
a) há concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.
b) o agente, mediante uma só ação ou omissão pratica dois ou mais crimes idênticos ou não, aplicando-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
c) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicando-lhe cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
d) o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

18. **Aponte a alternativa correta.**
a) A pena restritiva de direitos não se converte em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.
b) Se o condenado for reincidente, o juiz não poderá aplicar a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
c) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la, se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.
d) Na condenação superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por multa ou por uma pena restritiva de direitos.
19. **A prática de racismo constitui-se em crime:**
a) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
b) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.
c) insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão.
d) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
20. **Assinale a alternativa correta em relação à imputabilidade penal:**
a) É isento de pena o agente que, por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
b) São inimputáveis as pessoas com idade compreendida entre 18 e 21 anos, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
c) Excluem a imputabilidade penal a emoção ou a paixão.
d) A pena pode ser reduzida de um a dois terços se o o agente, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.
21. **São requisitos de validade do negócio jurídico:**
a) agente capaz e objeto autorizado por lei,
b) agente relativamente capaz e forma não defesa em lei;
c) objeto indeterminado e agente capaz
d) agente capaz e forma prescrita ou não defesa em lei.
22. **Assinale a alternativa correta:**
a) Segundo o Código Civil apenas são pessoas jurídicas de direito privado: (I) as associações; (II) as sociedades; (III) as fundações.
b) As fundações devem ser criadas por escritura pública ou testamento, com dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destinam, e com declaração, se houver vontade, da maneira de administrá-las.
c) A fundação poderá constituir-se para quaisquer fins.
d) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado sempre deve ser precedida de autorização do Poder Executivo.
23. **Não se destinando a vigência temporária, a lei**
a) vigorará até que outra a modifique ou revogue.
b) vigorará enquanto não cair em desuso.
c) só poderá ser revogada pela superveniência de nova ordem constitucional.
d) somente vigorará, até que outra lei expressamente a revogue.
24. **Ocorre erro substancial capaz de anular o negócio jurídico quando:**
a) se refere a aspectos periféricos do negócio
b) concerne à identidade de terceiro interveniente que não tem papel relevante na declaração de vontade
c) sendo de direito implica recusa à aplicação de lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico
d) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
25. **No sistema de direito civil brasileiro, a responsabilidade civil divide-se em dois regimes: o de responsabilidade subjetiva e o de responsabilidade objetiva. Assim, é CORRETO afirmar que a responsabilidade objetiva**
a) fundada no risco configura-se nos casos em que se determine que a conduta prevista na lei apresenta o caráter de risco.
b) fundada no risco da atividade configura-se caso a caso, não havendo previsão legal expressa que a imponha.
c) fundada no risco da atividade, configura-se quando a atividade desenvolvida pelo agente do dano é mais onerosa para certa pessoa que para outros integrantes da comunidade.
d) tem caráter excepcional, configurando-se apenas nos casos em que a conduta geradora do dever de indenizar é expressamente prevista em lei.
26. **Segundo a Constituição Federal é competente para julgar mandado de segurança impetrado em face do gerente de agência do INSS:**
a) O juiz de direito do domicílio do impetrante caso não haja vara federal .
b) O impetrante pode optar, caso não haja vara federal em seu domicílio, pelo juiz de direito ou pelo juiz federal competente com abrangência em seu domicílio.
c) O mandado de segurança deve ser impetrado na justiça federal com abrangência em seu domicílio.
d) O mandado de segurança deve ser impetrado no Tribunal Regional Federal porque tal autoridade tem prerrogativa de foro.
27. **São condições da ação, a**
a) citação válida no processo de conhecimento e

a competência do órgão jurisdicional.
b) competência do órgão jurisdicional e o interesse de agir.
c) legitimidade de parte e a possibilidade jurídica do pedido.
d) possibilidade jurídica do pedido e a imparcialidade do Juiz.

28. **Com relação à figura do litisconsórcio, mostra-se incorreta a alternativa:**
a) litisconsórcio necessário não pode ser dispensado, mesmo com o acordo geral dos litigantes.
b) em regra, o litisconsórcio cria uma unidade procedimental, mas conserva a autonomia das ações cumuladas, de sorte que os pedidos reunidos pelos diversos autores, ou contra os diversos réus, mesmo sendo julgados por sentença formalmente una, não terão obrigatoriamente desfechos iguais.
c) o litisconsórcio unitário sempre é necessário.
d) tem o Juiz o poder de controlar a formação e o volume do litisconsórcio facultativo.

29. **Em relação aos princípios gerais do processo marque a alternativa incorreta:**
a) O princípio do juiz natural tem como um dos seus objetivos garantir a imparcialidade do juiz.
b) O princípio da igualdade das partes é aplicado da mesma forma no processo penal e no processo civil.
c) É possível postergar a aplicação do princípio do contraditório quando se faz necessária a concessão de medidas urgentes sem a oitiva da outra parte.
d) O ordenamento processual brasileiro adota o princípio da demanda quer na esfera penal quer na esfera civil.

30. **Quanto à organização da Justiça federal podemos afirmar:**
a) A divisão territorial desta justiça é a comarca que é definida por lei federal.
b) As instâncias revisoras da Justiça Federal são os Tribunais Regionais Federais que se encontram em todos os estados da federação.
c) Não há previsão do quinto constitucional na composição dos Tribunais Regionais Federais.
d) Os Tribunais Regionais Federais têm competência recursal e originária.

31. **O Procurador-Geral da República é nomeado:**
a) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de um ano, permitida a recondução.
b) pelo Presidente da República dentre cidadãos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
c) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pelo voto de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de um ano, permitida a recondução.
d) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

32. **O Ministério Público da União não abrange:**
a) o Ministério Público Federal;
b) o Ministério Público do Trabalho
c) o Ministério Público do Tribunal de contas da União
d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

33. **Pode-se afirmar em relação às garantias dos membros do Ministério Público que:**
a) a vitaliciedade é adquirida após um ano de exercício.
b) em nenhuma hipótese é possível se remover o membro do Ministério Público do seu local de atuação;
c) a irredutibilidade de vencimentos importa em revisão automática da remuneração em relação aos valores da inflação
d) a vitaliciedade ocorre após o decurso do prazo constitucional e impede a perda do cargo senão por sentença transitada em julgado.

34. **Quanto ao exercício das funções institucionais do Ministério Público é incorreto afirmar:**
a) Tem o Ministério Público legitimidade exclusiva para promover a ação penal pública.
b) Tem o Ministério Público legitimidade exclusiva para promover a ação civil pública.
c) Tem o Ministério Público legitimidade concorrente para promover a ação direta de inconstitucionalidade.
d) Tem o Ministério Público legitimidade concorrente para promover a defesa judicial dos interesses das populações indígenas.

35. **Não se constitui em vedação aos membros do Ministério Público:**
a) exercer outra função pública de magistério.
b) exercer atividade político-partidária.
c) participar de sociedade comercial como sócio-gerente.
d) exercer a advocacia.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

PROVA B2

	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E	
01			■			C	19				■		D
02			■			C	20	■					A
03			■			C	21				■		D
04				■		D	22		■				B
05				■		D	23	■					A
06		■				B	24				■		D
07	■					A	25				■		D
08	■					A	26			■			C
09			■			C	27			■			C
10	■					A	28			■			C
11				■		D	29		■				B
12				■		D	30				■		D
13				■		D	31				■		D
14	■					A	32			■			C
15			■			C	33				■		D
16				■		D	34		■				B
17			■			C	35	■					A
18			■			C							